

Plano Anual de Fiscalização 2026



DIRETORIA – GESTÃO 2025/2026

Lúcia Raquel de Lima
Presidente

João de Deus Rodrigues
Vice-Presidente

Wellington da Silva Lyra
Secretária

João Carlos de Miranda e Silva
Tesoureiro

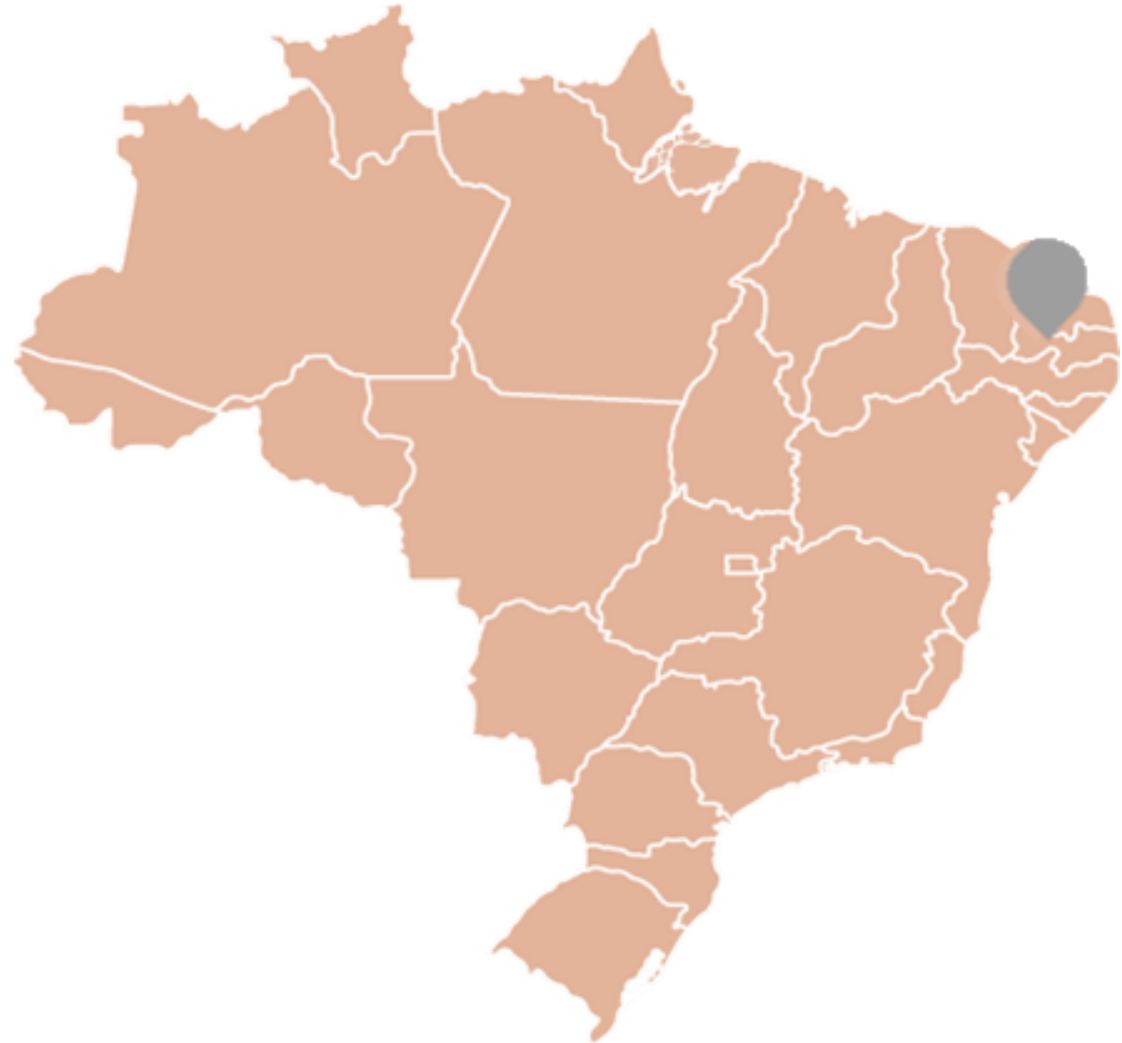
SETOR / DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

Nicole Gualberto Agra
Chefe do Departamento de Fiscalização

Alan Henrique Texeira
Agente Fiscal

Natan Pires Sá
Agente Fiscal

PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO 2026 (PARAÍBA)



APRESENTAÇÃO

O presente plano de fiscalização tem como objetivo principal estabelecer critérios de fiscalização para empresas e profissionais que atuam na área de Química, garantindo que a coletividade não seja prejudicada por produtos fabricados sem a devida qualidade, assim como pelas atividades de prestação de serviços.

Conforme previsão regimental, este plano tem como fundamento e embasamento a Lei nº 2.800/56, a Resolução Normativa nº 287/19, a Resolução Normativa nº 304/22, entre outras que regulamentam os procedimentos a serem executados por cada uma das autarquias públicas federais. Além disso, busca atender ao critério do Tribunal de Contas da União (TCU), conforme disposto no art. 8º, inciso I, disposições “a” a “j” e inciso IV da IN TCU nº 84/22.

Em relação às orientações para a Prestação de Contas Anuais pelos Conselhos de Fiscalização Profissional, no que diz respeito às atividades da área-fim, é importante ressaltar que os relatórios trimestrais e anuais devem, em princípio, conter os seguintes resultados:

- Número total de fiscalizações realizadas, separando as quantidades referentes às proativas (decorrentes de planos de fiscalização) e às reativas (decorrentes de denúncias, representações etc.);
- Número de reclamações recebidas e comprovadas, assim como o tempo médio para a finalização dos processos de responsabilização instaurados;
- Número total de fiscalizados, separando as quantidades de pessoas físicas e jurídicas, quando aplicável;

- Número total de autos de infração e notificações semelhantes;
- Números de processos instaurados e julgados, com detalhamento das avaliações aplicadas (censuras, advertências, multas, suspensões e cancelamentos de registro, entre outras);
- Número de processos instaurados que não tiveram sucesso em sua execução, com as respectivas causas identificadas (exemplos: processos arquivados por vício na notificação; processos arquivados por vício no auto de infração; processos em que há o envio do auto de infração, mas não há confirmação da aplicação da deliberação: sem detalhes dos desdobramentos);
- Informações sobre a gestão das atividades relacionadas à arrecadação das multas aplicadas, bem como à cobrança de inadimplentes;
- Número de processos relativos ao exercício ilegal da profissão encaminhados ao Ministério Público.

Para atender aos concursos supracitados, no segundo semestre de 2025, o Setor / Departamento de Fiscalização do CRQ-XIX elaborou o Plano Anual de Fiscalização 2026. Nesse período, uma equipe de Agentes Fiscais contribuiu para organizar e estabelecer critérios para cada uma das demandas a serem fiscalizadas, abrangendo aquelas que estão em caráter rotineiro, assim como outras que foram encaminhadas e discussões de atenção prioritária, além de denúncias e outras prospecções contidas: sem banco de dados.

Com o intuito de possibilitar uma atuação em conformidade com os valores institucionais, o presente planejamento visa desenvolver ações de fiscalização de forma estratégica, devidamente alinhadas com o Mapa Estratégico do Sistema CFQ/CRQs (Figura 01).

Figura 01 – Mapa estratégico do Sistema CFQ/CRQs.



Fonte: CFQ.

Através das diretrizes contidas no Mapa Estratégico, o presente plano busca, de forma contínua, aprimorar o desenvolvimento e melhoramento de atividades orientativas, desenvolvimento de parcerias, avaliação constante do desempenho e comunicação contínua.

OBJETIVO GERAL

O presente plano propõe, através da fiscalização, elaborar uma série de desenvolvimento de ações no sentido de proporcionar melhorias das atividades relacionadas à Química em nosso cotidiano.

O objetivo da fiscalização é constatar o exercício profissional abrangendo as atividades, as atribuições e os segmentos de atuação da Química conforme os dispositivos da Lei nº 2.800 de 18 de junho de 1956 e das Resoluções Normativas do CFQ.

Objetivos específicos

- I. Coibir o exercício ilegal da Profissão na área da Química;
- II. Orientar quanto ao dever da atuação profissional de forma regular;
- III. Estabelecer parcerias com outras entidades fiscalizadoras;
- IV. Conscientizar a coletividade quanto à necessidade do desempenho de atividades na área da Química por Pessoa Física e Jurídica com o devido registro profissional no CRQ-XIX;
- V. Desenvolver ações de fiscalização de caráter orientativo;
- VI. Desenvolver ações de fiscalização de caráter preventivo;
- VII. Desenvolver ações de fiscalização de caráter corretivo e punitivo.

Objetivos específicos

- Nº de Agentes Fiscais: 02;
- Assessoria de fiscalização: 01;
- Vestimenta e EPIs: 04 coletes contendo a logo do CRQ-XIX e com dizeres: Fiscalização Federal, 08 fardas contendo a logo do CRQ-XIX e com dizeres: Fiscalização Federal, 04 botas de segurança, 08 protetores auriculares (tipo Plug);
- Quantidade de viaturas disponíveis: 03, seguradas, plotadas com a logo do CRQ-XIX;
- Ferramentas de trabalho individual: 03 tablets, 03 telefones celulares;
- Região de atuação: PB;
- Despesas com hospedagem e alimentação fora da região metropolitana: o fiscal receberá diárias (correspondentes à hospedagem e à alimentação fora da RMJP) de acordo com a quantidade de dias de viagem, sendo posteriormente apresentado o relatório de viagem;
- Manutenção veicular – O setor de fiscalização tem uma planilha de controle com emissão de relatórios mensais e com contrato com empresa do setor prestador deste tipo de serviço de manutenção;
- Despesas com combustível: cupons de combustível (convênio com empresa prestadora desse serviço).

CRITÉRIOS E METAS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

Considerando as regiões de atuação do CRQ-XIX: Estado da PB; o planejamento das rotas é de suma importância em decorrência dos critérios estabelecidos de fiscalização: denúncias recebidas, encaminhamentos administrativos, prospecções da fiscalização, rotinas antigas há mais de 01 (um) ano sem fiscalização (rotinas regulares), rotinas nunca fiscalizadas, rotinas irregulares.

Quanto às formas de fiscalização, a seguir são apresentados os tipos de relatórios elaborados em diligências:

- Elaboração de Termo de Fiscalização da Pessoa Jurídica (TF/PJ), quando se tratar de empresa nunca fiscalizada, abertura proveniente de denúncias ou prospectivas da fiscalização, empresas sem registros ou quando apresentar alterações no processo industrial;
- Elaboração de Termo de Fiscalização da Pessoa Jurídica Simplificado (TF/PJ-s), quando se tratar de demanda rotineira em empresas em situação regular;
- Elaboração de Termo de Fiscalização da Pessoa Física (TF/PF), referente a profissionais e/ou trabalhadores que estão em exercício ilegal da profissão;
- Formalização de denúncias aos órgãos de fiscalização municipal, estadual e federal;
- As fiscalizações em demandas provenientes de denúncias e prospecções ocorrerão de forma prioritária em rotas analisadas e desenvolvidas pelo Departamento de Fiscalização. Quando necessário, novas rotas serão incluídas no Plano Anual de Fiscalização;
- Quando necessário, os Agentes Fiscais procederão com as atividades orientativas dos profissionais Químicos e empresas fiscalizadas;
- Quando há feriados no meio da semana, por questão de praticidade, as rotas de fiscalização são direcionadas para a região metropolitana;
- Quando necessário, diligências podem ocorrer no período noturno, sábados e/ou domingos;
- Em fiscalização, o Agente Fiscal dispõe de autonomia para contactar outros Órgãos de Fiscalização para melhor instrução da diligência a ser feita, orientação a respeito da situação da empresa localizada no município.

O planejamento das programações de fiscalização pode acontecer quando é disponibilizada a relação de empresas e profissionais que estão no aguardo de fiscalização. A partir dessa referência, torna-se possível desenvolver as etapas de organização das rotas e com isso estabelecer metas de fiscalização.

O cálculo para definição da meta de fiscalização a ser feita pelos Agentes Fiscais (2 fiscais) é o seguinte:

- ✓ Nº de fiscalizações realizadas/dia = 06-08;
- ✓ Estimativa de fiscalização/semana = 34-40;
- ✓ Estimativa de fiscalização/mês = 136 a 160;
- ✓ Estimativa de fiscalização ano* = 1.404 a 1.872.

* Como 2026 não é um ano bissexto, ele tem 365 dias. São 119 dias não úteis. Considerando a implantação da Sexta Integrativa (1 encontro a cada mês para planejamento/gestão), será subtraído 12 dias úteis, um dia em cada mês, restando 234 dias úteis.

Tabela 1 - Projeção de empresas para a Fiscalização 2026.

PROJEÇÃO 1 DA FISCALIZAÇÃO							
(Nº de Empresas a serem fiscalizadas)							
Mês	1ª Semana	2ª Semana	3ª Semana	4ª Semana	5ª Semana	TOTAL DE EMPRESAS/MÊS	TOTAL DE EMPRESAS NO ANO
jan/26	x	x	30	30	30	90	1.404
fev/26	30	30	—	40	—	100	
mar/26	30	30	30	30	—	120	
abr/26	30	30	30	34	34	158	
maio/26	30	30	30	30	—	120	
jun/26	30	36	30	30	—	126	
jul/26	30	30	30	30	—	120	
ago/26	30	30	35	35	—	130	
set/26	30	30	30	30	40	160	
out/26	30	30	40	40	—	140	
nov/26*	20	20	20	20	—	80	
dez/26*	20	20	20	X	x	60	

x Período reservado para reuniões e planejamentos.

Quantidades reduzidas, devido a estes meses serem, geralmente, as férias de cada agente fiscal.

Negrito: Meses sem projeto da Fiscalização

Tabela 2 - Projeção de Custos com diárias para a Fiscalização 2026.

PROJEÇÃO 2 DA FISCALIZAÇÃO							
(Nº de Empresas a serem fiscalizadas e Valores Totais Proporcionais de Diárias)							
MÊS	SEMANAS					TOTAL R\$ DIÁRIAS/MÊS	TOTAL R\$ DIÁRIAS/ANO
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª		
jan/26	x	x	30	30	30	R\$ 7.560,00	R\$ 108.500,00
fev/26	30	30	—	40	—	R\$ 7.560,00	
mar/26	30	30	30	30	—	R\$ 10.080,00	
abr/26	30	30	30	34	34	R\$ 12.600,00	
mai/26	30	30	30	30	—	R\$ 10.080,00	
jun/26	30	36	30	30	—	R\$ 10.080,00	
jul/26	30	30	30	30	—	R\$ 10.080,00	
ago/26	30	30	35	35	—	R\$ 10.080,00	
set/26	30	30	30	30	40	R\$ 12.600,00	
out/26	30	30	40	40	—	R\$ 10.080,00	
nov/26*	20	20	20	20	—	R\$ 3.920,00	
dez/26*	20	20	20	x	x	R\$ 3.780,00	

x Período reservado para reuniões e planejamentos. * Quantidades reduzidas, devido a estes meses serem, geralmente, as férias de cada agente fiscal.

Negrito: Meses sem projeto da Fiscalização

Tabela 3 - Projeção de Custos com combustíveis para a Fiscalização 2026.

PROJEÇÃO 3 DA FISCALIZAÇÃO							
(Nº de Empresas a serem fiscalizadas e Valores Totais Proporcionais de Combustíveis)							
MÊS	SEMANAS					TOTAL R\$ COMBUST./MÊS	TOTAL R\$ COMBUST./ANO
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª		
jan/26	x	x	30	30	30	R\$ 4.626,00	R\$ 99.025,00
fev/26	30	30	—	40	—	R\$ 9.444,00	
mar/26	30	30	30	30	—	R\$ 9.444,00	
abr/26	30	30	30	34	34	R\$ 11.805,00	
mai/26	30	30	30	30	—	R\$ 9.444,00	
jun/26	30	36	30	30	—	R\$ 9.444,00	
jul/26	30	30	30	30	—	R\$ 11.805,00	
ago/26	30	30	35	35	—	R\$ 9.444,00	
set/26	30	30	30	30	40	R\$ 9.444,00	
out/26	30	30	40	40	—	R\$ 11.805,00	
nov/26*	20	20	20	20	—	R\$ 1.688,00	
dez/26*	20	20	20	x	x	R\$ 632,00	

Os Dias de fiscalização por mês (média mensal): 19-20 dias/mês; Quilômetros a percorrer (média mensal): 4.722,00 km/mês (esta média mensal é devida aos meses quando são previstas viagens RMJP e interior no mesmo mês, por 2 Fiscais).

Valor de combustível (estimativa: instabilidade na variação do preço: máximo = R\$7,20/L gasolina; base de consumo: 11,7 km/L) (média mensal): R\$2.719,12; versus mínimo = R\$5,80/L gasolina; base de consumo: 11,7 km/L) (média mensal): R\$2.190,40 Valor de diárias (média mensal): R\$6.201,25.

Tabela 4 - Planilha de Custos do Projeto da Fiscalização 2025.

PLANILHA DE CUSTOS DO PROJETO DA FISCALIZAÇÃO 2025		
Projeto:	Manter as atividades da Fiscalização e a orientação profissional	
Objetivos estratégicos:	OE5 – Garantir uma fiscalização eficaz e efetiva	
Unidade orçamentária (centro de custos):	01.01.02.500	
Meta:	80% de eficácia das atividades da Fiscalização	
Responsável:	Chefe da Fiscalização	
Período de execução:	Janeiro–Dezembro de 2025	
Previsão de uso dos recursos:	A partir de Março-Maio de 2025	
Atividades	Rubricas	Valor orçado (R\$)
Custeio		
Despesas com diárias para fiscalizações fora da Região Metropolitana – RMJP (fora da sede CRQ XIX)	6.2.2.1.1.33.90.14.001: Diárias no País – Servidores	105.840,00
Investimento em equipamentos de telefonia móvel para atividades fora da sede do CRQ XIX (atividades internas e externas)	6.2.2.1.2.44.90.52.010 - Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	63.268,90
Despesas com manutenção geral para três veículos automotivos	6.2.2.1.1.33.90.39.014: Manutenção e Conservação de Veículos Automotivos	8.000,00
TOTAL CUSTEIO		177.108,90

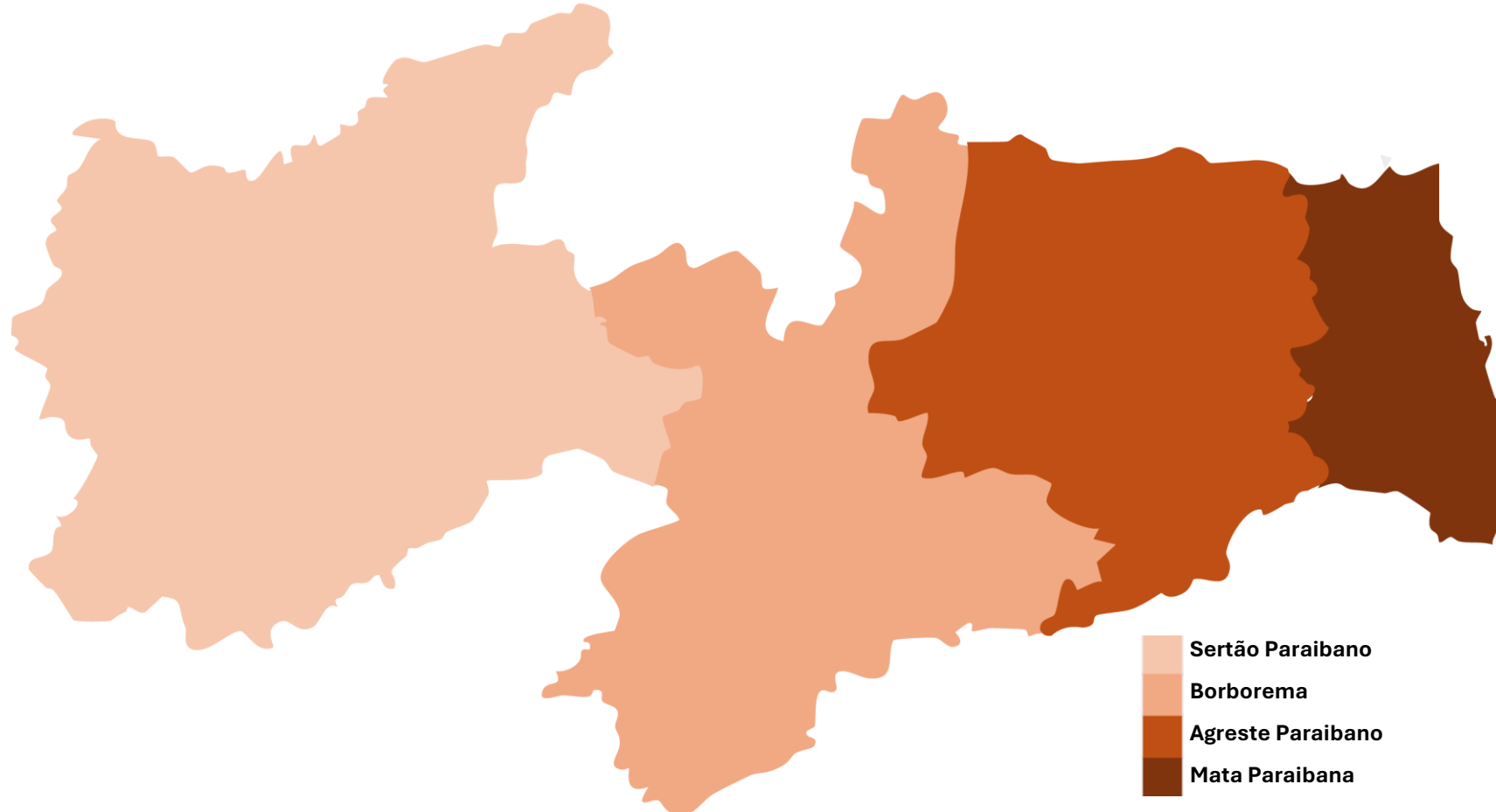
Diante da estimativa de demandas de fiscalização por Agente Fiscal para o período de um ano, o Plano Anual de Fiscalização relaciona o quantitativo que necessita ser fiscalizado e a projeção da porcentagem possível de ser realizada, levando-se em consideração o número de Agentes Fiscais disponíveis. Em fiscalizações de rotina, denúncia, prospectiva ou encaminhamento, quando possível, deverão conter registros de imagens da estrutura física e de cada etapa do processo, além de informações relacionadas aos pontos críticos e orientações à empresa e/ou profissionais mediante os problemas identificados.

Em situação onde o RT não comparece para exercer suas atividades profissionais, a fiscalização procederá com as orientações que forem necessárias ao Profissional a fim de orientá-lo em relação à convivência profissional e a possibilidade de aplicação de sanções disciplinares previstos no Código de Ética.

PLANEJAMENTO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

Para a elaboração do planejamento de fiscalização, primeiramente procedeu-se com o levantamento de todas as informações relacionadas ao quantitativo total de encaminhamentos e rotinas nas regiões da Paraíba que estão no aguardo de fiscalização, conforme apresentação na tabela e mapa do estado com as mesorregiões e microrregiões abaixo:

Figura 02 – Mapa do estado da Paraíba por regiões.



Diante da estimativa de demandas de fiscalização por Agente Fiscal para o período de um ano, o Plano Anual de Fiscalização relaciona o quantitativo que necessita ser fiscalizado e a projeção da porcentagem possível de ser realizada, levando-se em consideração o número de Agentes Fiscais disponíveis. Em fiscalizações de rotina, denúncia, prospectiva ou encaminhamento, quando possível, deverão conter registros de imagens da estrutura física e de cada etapa do processo, além de informações relacionadas aos pontos críticos e orientações à empresa e/ou profissionais mediante os problemas identificados.

Em situação onde o RT não comparece para exercer suas atividades profissionais, a fiscalização procederá com as orientações que forem necessárias ao Profissional a fim de orientá-lo em relação à convivência profissional e a possibilidade de aplicação de sanções disciplinares previstos no Código de Ética.

Tabela 5 – Quantidade de empresas fiscalizadas por mesorregião.

Mesorregião	Nº de empresas vistoriadas em 2021	Nº de empresas vistoriadas em 2022	Nº de empresas vistoriadas em 2023	Nº de empresa vistoriada em 2024	Nº de empresa vistoriada em 2025 (em andamento): até 15/10/2025	Localização
Sertão paraibano	0	145	0	87	10	
Borborema	1	78	0	8	65	
Agreste paraibano	105	109	168	120	64	
Mata paraibana	395	277	143	132	394	

Tabela 6 – Programação de fiscalização mensal no Estado da Paraíba.

UF	Região	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
PB	Agreste	X	X	X		X	X	X	X	X	X		
	Borborema	X	X	X									
	Mata paraibana			X			X		X			X	X
	Sertão				X	X	X	X	X	X	X	X	
	RMJP	X	X	X		X		X		X	X	X	X

PLANEJAMENTO FUNCIONAL E OPERACIONALIZAÇÃO

Para fins de monitoramento da aplicação do presente instrumento, o Planejamento Funcional e Operacional permitirá, trimestralmente, analisar a execução do Plano Anual de Fiscalização, com foco ao cumprimento das metas e a necessidade de adequações e, concomitantemente, integrar a equipe com objetivo de mantê-los informados do planejamento, execução e de outras informações pertinentes para a atuação do Setor/Departamento de forma padronizada, sendo cabível a revisão das ações que serão desempenhadas pelos Agentes Fiscais.

O quadro abaixo contém a programação de fiscalização em atendimento ao Plano Anual de Fiscalização.

Tabela 7 – Agenda de programação de fiscalização do CRQ-XIX.

AGENDA DE PROGRAMAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO (Data base da elaboração do P.A.F.: 16/10/2025; atualizado: out/2025)	
Nº Agentes Fiscais: 03	LEGENDA
C.F: Nicole Gualberto Agra	P.A.F./Reunião Trimestral do Dpt. Fiscalização
A.F 1: Alan Henrique Teixeira	Férias
A.F 2: Natan Pires Sá	Fiscalização
	Eventos externos

abr/26	Programação mensal de fiscalização		
	C.F	A.F 1	A.F 2
01 a 03	P.A.F.	Prospecções	Prospecções
06 a 10	P.A.F.	Sertão	Sertão
13 a 17	P.A.F.	Sertão	Sertão
20 a 24	P.A.F.	Sertão	Sertão
27 a 30	P.A.F.	Sertão	Sertão

jan/26	Programação mensal de fiscalização		
	C.F	A.F 1	A.F 2
01 a 02	FÉRIAS	FÉRIAS	FÉRIAS
05 a 09	P.A.F.	P.A.F.	P.A.F.
12 a 16	P.A.F.	P.A.F.	P.A.F.
19 a 23	P.A.F.	Agreste	Borborema
26 a 30	P.A.F.	Agreste	Borborema

mai/26	Programação mensal de fiscalização		
	C.F	A.F 1	A.F 2
04 a 08	P.A.F.	Agreste	Agreste
11 a 15	P.A.F.	Prospecções	Prospecções
18 a 22	P.A.F.	Sertão	Sertão
25 a 29	P.A.F.	RMJP	RMJP

fev/26	Programação mensal de fiscalização		
	C.F	A.F 1	A.F 2
02 a 06	P.A.F.	RMJP	RMJP
09 a 13	P.A.F.	Prospecções	Prospecções
16 a 20	P.A.F.	RMJP	Agreste
23 a 27	P.A.F.	RMJP	Agreste

jun/26	Programação mensal de fiscalização		
	C.F	A.F 1	A.F 2
01 a 05	P.A.F.	Agreste	Agreste
08 a 11	P.A.F.	Prospecções	Prospecções
15 a 19	P.A.F.	Sertão	Sertão
22 a 26	P.A.F.	Mata paraibana	Mata paraibana

mar/26	Programação mensal de fiscalização		
	C.F	A.F 1	A.F 2
02 a 06	P.A.F.	Borborema	RMJP
09 a 13	P.A.F.	Borborema	RMJP
16 a 20	P.A.F.	Mata paraibana	Mata paraibana
23 a 27	P.A.F.	Mata paraibana	Mata paraibana

jul/26	Programação mensal de fiscalização		
	C.F	A.F 1	A.F 2
30 a 03	P.A.F.	Sertão	Agreste
06 a 10	P.A.F.	Prospecções	Prospecções
13 a 17	P.A.F.	Sertão	Agreste
20 a 24	P.A.F.	Sertão	Agreste
27 a 31	P.A.F.	Sertão	Agreste

PLANEJAMENTO FUNCIONAL E OPERACIONALIZAÇÃO

ago/26	Programação mensal de fiscalização		
	C.F	A.F 1	A.F 2
03 a 07	P.A.F.	Agreste	Agreste
10 a 14	P.A.F.	Prospecções	Prospecções
17 a 21	P.A.F.	Sertão	Sertão
24 a 28	P.A.F.	Mata paraibana	Mata paraibana

set/26	Programação mensal de fiscalização		
	C.F	A.F 1	A.F 2
31/08 a 04	P.A.F.	Agreste	RMJP
08 a 11	P.A.F.	Agreste	RMJP
14 a 18	P.A.F.	Agreste	RMJP
21 a 25	P.A.F.	Agreste	RMJP

out/26	Programação mensal de fiscalização		
	C.F	A.F 1	A.F 2
28/09 a 02/10	P.A.F.	Prospecções	Prospecções
05 a 09	P.A.F.	RMJP	Sertão
13 a 16	P.A.F.	RMJP	Sertão
19 a 23	P.A.F.	RMJP	Sertão
26 a 30	P.A.F.	RMJP	Sertão

nov/26	Programação mensal de fiscalização		
	C.F	A.F 1	A.F 2
03 a 06	P.A.F.	Mata paraibana	Mata paraibana
09 a 13	P.A.F.	Prospecções	Prospecções
16 a 19	P.A.F.	Sertão	Sertão
23 a 27	P.A.F.	RMJP	RMJP

dez/26	Programação mensal de fiscalização		
	C.F	A.F 1	A.F 2
01 a 04	P.A.F.	Mata paraibana	Mata paraibana
07 a 11	P.A.F.	FÉRIAS	FÉRIAS
14 a 19	FÉRIAS	FÉRIAS	FÉRIAS
21 a 24	FÉRIAS	FÉRIAS	FÉRIAS

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA.

Durante o ano de 2026, estima-se que serão percorridos até 100.000 quilômetros e aproximadamente 12.000 litros de combustíveis.

Os serviços de manutenção veicular, abastecimento e lavagem estão todos incluídos dentro do Projeto da Fiscalização, que será custeado pelo auxílio-doação do CFQ.

Quando o Agente Fiscal estiver fora da região metropolitana de João Pessoa, o mesmo receberá diárias para custear as refeições e hospedagem em suas viagens fora da região metropolitana e as mesmas serão pagas mediante programação da fiscalização de forma semanal.

A estimativa dos valores para custear as viagens dos Agentes Fiscais e com os veículos foi analisada e aprovada na dotação orçamentária ocorrida em meados do mês de outubro do ano de 2025

Plano Anual de Fiscalização 2026

